

This file has been cleaned of potential threats.

To view the reconstructed contents, please SCROLL DOWN to next page.

EDITAL CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2018 TIPO MENOR PREÇO

O **MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA**, Estado de Goiás, por meio da Comissão Permanente de Licitações, faz saber aos interessados, que fará realizar às **10:00 horas do dia 13 de Setembro de 2018**, na sala da Comissão Permanente de Licitação, localizada na Avenida 15 de novembro, Área Especial nº 6, Centro, Alexânia, licitação na modalidade Concorrência Pública, tipo menor preço, nos termos do presente Edital e da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Declarada aberta a sessão, não mais serão admitidos novos proponentes, dando-se início ao recebimento dos envelopes.

1. DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto da presente licitação a contratação de pessoa jurídica especializada para executar a substituição dos pontos de iluminação existentes nas vias e praças deste município, por conjuntos de iluminação compostos por braços ornamentais de 3 metros e luminárias LED (Light Emitting Diode, ou Diode Emissor de Luz) de alto rendimento e alta eficácia luminosa, de modo a suprir as falhas em espaçamentos da posteação existente, conforme projeto em anexo.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar da presente licitação pessoas jurídicas que comprovarem o atendimento às condições e requisitos estabelecidos no presente Edital.

2.2. – Os licitantes adjudicatórios celebrarão contrato com o Município nos termos da minuta que acompanha o presente Edital, em que estão estipulados os direitos e obrigações decorrentes desta Licitação, que se encontra regida pelas normas da Lei nº 8.666/93.

2.3 - O participante poderá fazer-se representar por procurador, por instrumento público ou instrumento particular desde que esteja com firma reconhecida e estipule, expressamente, os poderes para a representação na presente licitação.

2.4 – VISITA TÉCNICA

2.4.1 – No dia **10 de Setembro de 2018, às 09:00 horas**, em frente a Prefeitura, onde estará um Engenheiro Fiscal do Município para acompanhar as empresas interessadas na licitação, representadas por seus Responsáveis Técnicos, os quais visitarão os locais dos serviços referidos no item 1.1, para constatar as condições de execução e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos. O Engenheiro Fiscal fornecerá os necessários Atestados de Visita e Informações Técnicas, conforme modelo do Anexo II.

3. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1 - As despesas com o objeto da presente licitação serão atendidas pelo orçamento vigente, dotação orçamentária 10.45.15.452.1015.2.024.3.3.90.30.

3.2 – Os recursos financeiros são provenientes do Tesouro Municipal.

4. DA DOCUMENTAÇÃO E DA PROPOSTA

4.1 – Os envelopes com as documentações e as propostas, lacrados e separados, deverão ser entregues à Comissão de Licitação, no local, dia e hora acima mencionada, em suas partes externas e frontais, além do nome ou razão social da proponente, os envelopes deverão conter os seguintes dizeres:

MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 005/2018

4.2 - O primeiro deverá apresentar o subtítulo DOCUMENTAÇÃO e o segundo subtítulo PROPOSTA.

4.3 - DA DOCUMENTAÇÃO

4.3.1 – A documentação para habilitação consistirá na apresentação, em uma única via, original ou cópia autenticada, da seguinte documentação:

4.3.2.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Ato constitutivo devidamente registrado na Junta Comercial, sendo anexada a última atualização, se houver, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

- b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis ou simples, acompanhada de prova da investidura ou nomeação da administração em exercício;
- c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país;
- d) Alvará de funcionamento;
- e) Declaração, em papel timbrado, do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal.
- f) Registro empresarial, no caso de empresa individual.

4.3.2.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Fazenda Pública Estadual;
- e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos da Fazenda Pública Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante;
- f) Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal;
- g) Certificado de inexistência de débitos trabalhista perante a Justiça do Trabalho – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho da circunscrição sede do licitante.

4.3.2.3 - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- a) Para a comprovação da capacidade Técnico-profissional da proponente, exigir-se-á a apresentação de um ou mais Atestado(s) de Responsabilidade Técnica,

emitido(s) por entidade pública ou privada, comprovando que o(s) Responsável(eis) Técnico(s) integrante(s) do quadro da empresa, executou obras/serviços de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta licitação.

a.1) No caso da comprovação Técnico-profissional, os atestados deverão ser acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), emitidos pelo CREA.

a.2) Quanto o atesto ou certidão referir-se a obras públicas, qualquer que seja a natureza do contrato, o documento deverá ser emitido pelo órgão fiscalizador em nome da empresa proponente.

b) Para comprovação da capacidade técnico-operacional da proponente, exigir-se-á a apresentação de um ou mais Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, emitido(s) por entidade pública ou privada devidamente identificada, comprovando que a Empresa licitante executou obras/serviços de características similares aquelas pretendidas no objeto da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância compreendem 50% dos itens mencionados abaixo, conforme súmula 263 do TCU:

b.1) Serviços de fornecimento e instalação de luminária pública LED do total de unidades descritas no Anexo I do Termo de Referência.

b.2) Serviços de fornecimento e instalação de poste metálico do total de unidades descritas no Anexo I do Termo de Referência.

b.3) Serviços de Fornecimento e Instalação de Braço de Iluminação Pública comprimento de 2,5 á 3,0 Metros do total de unidades descritas no Anexo I do Termo de Referência.

b.4) Serviços de Fornecimento e Instalação de Cabo de Cobre Isolado de 10 á 16 mm² do total de unidades descritas no Anexo I do Termo de Referência.

b.5) Serviços de Instalação de Rede Elétrica Subterrânea do total de unidades descritas no Anexo I do Termo de Referência.

c) Atestados de Visita e Informações Técnicas, fornecido no momento da visita técnica.

4.3.2.4 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) A apresentação do Balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do ultimo exercício social já exigíveis, devidamente registrados na respectiva junta comercial, que comprovem a boa situação da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do INDICE GERAL DE PREÇO – DISPONIBILIDADE

INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que:

a.1) Sociedade anônima: Apresentar copia autenticado do balanço e demonstrações contábeis e da ata de sua aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial, bem como, suas publicações no Diário Oficial e/ou Jornal de grande circulação;

a.2) Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada: Apresentar copias legíveis e autenticadas das paginas do Diário Oficial onde o balanço patrimonial e demonstrações contábeis foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e encerramento do Diário Geral, registrados na Junta Comercial ou Cartório Competente;

b) A comprovação da boa situação financeira a ser demonstrada pela licitante devera ser através de memorial de calculo juntado ao balanço, considerando os dados constantes no mesmo, que, quando não existente poderá ser utilizado o Modelo de Declaração de Índice Econômico-financeiro, de preferencia, que o documento possua carimbo, nome e assinatura e venha assinado pelo contador, constando o numero de registro no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos seguintes índices:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZAVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

b.1) A boa situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), cujos índices deverão ser iguais ou superiores a 1,0 (um inteiro).

b.2) Caso queiram, as licitantes interessadas poderão apresentar no lugar da Declaração de Índice Econômico-Financeiro, prova que possuem, na data da apresentação da proposta, Capital Social ou Patrimonial Líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento), do valor pretendido pelo licitante em sua proposta inicial.

b.3) Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados nos índices de liquidez, e não comprovem o capital

social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) no mínimo, do valor total pretendido pelo licitante em sua proposta inicial, estarão inabilitadas.

b.4) A comprovação do capital social devera ser feita por uma das seguintes formas: através do contrato Social com capital integralizado, através da Certidão da Junta Comercial, através da Publicação Oficial que conste o capital registrado (quando for o caso), ou ainda, (quando for o caso), por meio de Contrato Social registrado em Cartório de Registro de títulos.

b.5) Quando o Contrato Social prevê promessa de Integralização futura do capital social, a comprovação devera ser feita através da prova de ingresso dos recursos/bens no patrimônio da empresa (da seguinte forma: a prova do depósito em conta bancaria, entrada no caixa comprovada através da escrituração do livro diário, devidamente registrado no órgão competente ou a prova de tradição dos bens (Nota Fiscal para bens moveis e Registro de Escritura em Cartório para Imóveis).

b.6) A comprovação do patrimônio líquido devera ser feita por meio dos valores descritos no próprio Balanço Patrimonial.

c). Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial, com data não superior a 30 (Trinta) dias corridos ou dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

d) Caso a empresa esteja cadastrada no Sistema Publico de Escrituração Digital – SPED, deverão apresentar a seguinte documentação:

d,1) Termo de Abertura e Encerramento do Livro Digital;

d.2) Balanço Patrimonial, nos termos do art. 5º da instituição Normativa da Receita Federal do Brasil nº 787, de 19 de novembro de 2007;

d.3) Demonstrativo de Resultado do Exercício;

d.4) Termo de Autenticação do Livro Digital.

e) Apresentar Guia de recolhimento de garantia de participação na licitação, nas modalidades previstas em lei, no valor de R\$ 19.133,68 (dezenove mil cento e trinta e três reais e sessenta e oito centavos) que corresponde aproximadamente a 1% do valor estimado dos serviços, devendo ser recolhido na Tesouraria da PREFEITURA até o 3º dia útil imediatamente anterior à data de realização da licitação, constante do preâmbulo deste edital.

4.3.2.5 - CARTA DA EMPRESA LICITANTE

4.3.2.5.1 - A documentação deverá ser acompanhada por uma carta assinada por Diretor(es), ou pessoa legalmente habilitada, afirmando:

a) estar ciente das condições da licitação, que assume responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados e que fornecerá quaisquer informações complementares solicitadas pelo MUNICÍPIO;

b) que executará os serviços de acordo com o Projeto e as especificações do MUNICÍPIO, que alocará todos os equipamentos, pessoal técnico especializado ou não, materiais necessários, e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado;

c) que se compromete a dispor, para emprego imediato, dos equipamentos necessários e relacionados no projeto, e que os mesmos encontram-se em condições adequadas de utilização;

d) que a qualquer momento, e por necessidade, fará a alocação de qualquer tipo de equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados por solicitação do MUNICÍPIO, sem ônus de mobilização para este, ainda que não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação.

e) que se compromete a estar instalado e pronto para o início dos serviços no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da data de assinatura do contrato.

f) que executará os serviços de acordo com os prazos estabelecidos no Edital.

4.4 - DA PROPOSTA

4.4.1 - A proposta deverá ser apresentada em duas vias datilografadas ou digitadas, com a última folha devidamente assinada e as demais rubricadas, contendo a indicação de valores unitários e totais, em conformidade com orçamento constante do projeto, incluindo todos os custos, com validade mínima de sessenta dias, acompanhada do cronograma físico-financeiro, com observância dos prazos previsto no projeto.

4.5.2 – Será desclassificada a proposta que apresentar preço total superior ao orçamento do Município.

5. DO PROCEDIMENTO NAS FASES DE HABILITAÇÃO E DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.1- A abertura dos envelopes contendo a documentação, para efeito de habilitação e dos envelopes contendo as propostas será realizada em ato público, do qual se lavrará ata circunstanciada e assinada pelos licitantes e pelos membros da Comissão de Licitação.

5.1.1 - DA HABILITAÇÃO

5.1.1.1 - Recebidos os envelopes, no horário designado, a Comissão passará à fase de habilitação.

5.1.1.2 - Aberto cada um dos envelopes, os documentos serão rubricados pela comissão e pelos licitantes presentes.

5.1.1.3 - A seguir, a comissão decidirá, verbalmente, sobre a habilitação dos concorrentes, considerando-se automaticamente inabilitado, aquele que deixar de apresentar qualquer dos documentos exigidos. Simples irregularidades formais, incapazes de afetar o conteúdo ou a idoneidade do documento, não darão causa à inabilitação.

5.1.1.4 - A inabilitação de que trata este item, é específica para a presente licitação, em nada afetando a empresa quanto a outras licitações, não implicando em juízo valorativo sobre sua idoneidade e capacidade.

5.1.1.5 - Os licitantes poderão apresentar por escrito, quanto a documentação, impugnação contra os demais, no prazo, de 10 (dez) minutos. Nesse caso, ao impugnado será oferecido igual prazo, para encaminhar as suas alegações de defesa, também por escrito. Somente poderá firmar impugnações, o representante devidamente autorizado por atos constitutivos ou os portadores de procuração bastante, específica para o ato, que será apensada ao processo de licitação.

5.1.1.6 – Havendo recurso em relação à habilitação, no prazo previsto no art. 109 da Lei de Licitações, será marcada data para a abertura das propostas, logo após o julgamento do referido recurso

5.1.1.7 - Ao licitante declarado inabilitado, não havendo recurso no prazo previsto no art. 109 da Lei nº 8.666/93, ou interposto o recurso este seja denegado, será devolvido o envelope de proposta devidamente lacrado, mediante recibo ou consignação em ata.

5.1.1.8 – Propostas de licitantes inabilitados, devidamente lacradas, ficarão disponíveis para devolução pelo prazo de trinta dias, posteriormente sendo as mesmas incineradas.

5.2 - DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

5.2.1 - A Comissão abrirá e examinará o conteúdo dos envelopes das propostas, rubricando cada uma das folhas e colhendo as rubricas dos licitantes presentes, que poderão, igualmente, examinar as propostas dos concorrentes.

5.2.2 - Durante 10 (dez) minutos, os licitantes poderão oferecer por escrito, impugnação contra as demais propostas, sendo assegurado aos impugnados, igual prazo para a apresentação da sua defesa.

5.2.3 - Nenhum adendo será admitido nesta fase.

5.2.4 - Ato contínuo, a Comissão verificará a conformidade de cada proposta com os requisitos do edital, conferindo os preços oferecidos pelos proponentes, registrando-os na ata de julgamento. As propostas desconformes ou incompatíveis serão desclassificadas.

5.2.5 - Faculta-se à Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, sendo vedada a inclusão posterior, de qualquer documento ou informação que deveria constar, originariamente, da proposta.

5.2.6 - Ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes e, abertas as propostas, não cabe desclassificá-los, por motivos relacionados com a habilitação, salvo em razão de fato superveniente ou só conhecido após o julgamento.

5.2.7 - Após a fase de habilitação é defeso ao concorrente, desistir da proposta apresentada, salvo por justo motivo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

5.2.8 - Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital, inclusive, o simples oferecimento de desconto em relação ao valor das propostas apresentadas pelos demais licitantes.

5.2.9 - Não se admitirá propostas que apresentem preços simbólicos, irrisórios ou incompatíveis com os valores correntes no mercado.

5.2.10 - No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no §2º, do art. 3º, da Lei nº 8.666/93, a classificação far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.2.11 – Caso todas as propostas sejam desclassificadas, a Administração poderá fixar para os licitantes, um prazo de 8 (oito) dias úteis, para apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que deram origem à desclassificação.

5.2.12 - A Comissão apresentará relatório objetivo e conclusivo ao Gestor Municipal, indicando os vencedores do certamente licitatório, em ata circunstanciada, da sessão de julgamento.

5.2.13 - O relatório a que se refere o item anterior deverá ser apresentado no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data da abertura das propostas.

5.2.1.14 - Da decisão do julgamento da Comissão, caberá recurso ao Prefeito Municipal, no prazo previsto no art. 109, do Estatuto das Licitações.

5.2.1.15 - Será obrigatória a justificação escrita da Comissão, quando não for escolhida a proposta de menor preço.

6. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

6.1 - Encerrada a fase de julgamento, o processo será encaminhado ao Gestor Municipal que, concordando com o relatório, procederá à adjudicação e homologação da licitação.

7. DO CONTRATO

7.1 - A Administração convocará o proponente vencedor para assinar o contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de decair do seu direito à contratação, sem prejuízo, ainda, das penas previstas no art. 81, da Lei nº 8.666/93.

7.1.2 - O contrato poderá ser rescindido:

a) por ato unilateral da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;

b) em qualquer época, por acordo entre as partes, reduzido a termos no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) judicial, nos termos da legislação civil pátria.

7.1.3 - As obrigações das partes serão traduzidas no contrato padrão.

7.1.4 - Por razão de interesse público poderá o Município revogar o presente procedimento licitatório, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

7.1.5 - A anulação da presente licitação, por motivo de ilegalidade, não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único, do art. 59, do Estatuto das Licitações. A referida nulidade induz á do contrato.

8 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 - No caso de desfazimento do presente procedimento licitatório fica assegurado aos interessados, o direito ao contraditório e à ampla defesa.

8.1.2 - Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Licitação, com base em normas jurídicas e administrativas e nos princípios gerais do direito.

8.1.3 – Cópia do presente Edital está disponível no endereço eletrônico www.alexania.go.gov.br.

8.1.4 - Maiores informações poderão ser obtidas com a Comissão Permanente de Licitações na Prefeitura Municipal de Alexânia, Estado de Goiás, localizada na Avenida 15 de novembro, Área Especial nº 6, Centro, Alexânia, das 7 às 13 horas, de segunda a sexta feira.

Alexânia, 08 de Agosto de 2018.

KELLY CRISTINA MOREIRA DE MELO SANTOS

Presidente da CPL

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETIVO

Contratação de pessoa jurídica especializada para executar a substituição dos pontos de iluminação existentes nas vias e praças deste município, por conjuntos de iluminação compostos por braços ornamentais de 3 metros e luminárias LED (Light Emitting Diode, ou Diode Emissor de Luz) de alto rendimento e alta eficácia luminosa, de modo a suprir as falhas em espaçamentos da posteação existente, no intuito de promover a melhoria da iluminação pública existente visando garantir a segurança, economia, sustentabilidade e conforto da população.

2. JUSTIFICATIVA

Justifica-se a contratação de empresa especializada para execução dos serviços buscando a melhoria da iluminação pública, visando uma economia de energia de até 80% em comparação com as soluções de iluminação tradicionais, pois as luminárias de LED requerem o mínimo de manutenção devido à vida útil extremamente longa. Entre outras vantagens como:

- **Lâmpada segura** - Diferente das fluorescentes a lâmpada de LED não emite radiação ultravioleta nem causa cansaço visual como os outros tipos já que não possui mercúrio e nenhuma outra substância tóxica em sua composição, um sinal de que é menos prejudicial à saúde. Por possuir baixa irradiação térmica a lâmpada não esquenta tornando o ambiente bem mais confortável.
- **Sustentável** - Como não possuem filamentos metálicos, mercúrio ou substâncias tóxicas na composição, a lâmpada de LED não emite poluentes ao meio ambiente e ainda pode ser reciclada. O fato de gerar economia elétrica também classifica a lâmpada de LED como um produto sustentável. Como ela não desperdiça calor diminui o consumo de energia elétrica, reduzindo com isso os impactos ambientais. Além de serem 100% recicláveis, o que conseqüentemente diminui a emissão de carbono em até um terço.
- **Resistência elevada** - são extremamente duráveis também pelo motivo de serem construídas com componentes altamente resistentes e que podem suportar até mesmo as condições mais adversas. Graças a isso são à prova de choques, vibrações e impactos externos, o que as fazem servir muito bem aos grandes sistemas de iluminação ao ar livre, inclusive para condições extremas de exposição ao tempo, vento, chuva, poeira, fumaça ou até mesmo vandalismo.

- **Design inovador** - Além de funcionais e econômicas as lâmpadas de LED são também decorativas. Compatíveis com praticamente todos os sistemas de instalação são fáceis substitutas para os tipos mais usados e apresentam uma infinidade de modelos e funcionalidades. A lâmpada de LED apresenta versões compactas, mas com feixes de luz muito eficientes, atribuindo funções específicas a cada modelo.

Com tudo apesar de serem mais caras que as fluorescentes e incandescentes, valem o investimento a partir do momento que consideramos durabilidade, baixo custo de manutenção e economia de energia. Ou seja, um excelente custo-benefício a médio e longo prazo.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Substituição dos conjuntos de iluminação pública existentes por novos conjuntos de iluminação pública compostos por braços ornamentais de 3 metros e luminárias LED (Light Emitting Diode, ou Diode Emissor de Luz) de alto rendimento, Cabos, comando de iluminação e postes. Todas as alterações e adequações propostas devem seguir rigorosamente as especificações dos projetos e memoriais descritivos em anexo. As vias e praças a serem contempladas são as seguintes:

ADEQUAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
ITEN	LOCAL
1	Avenida e Rua 15 de Novembro
2	Av. Brasília em ambos os lados da BR 060 e Canteiro Central
3	Av. Vale do Sol – Entorno da praça e da igreja Imaculado Coração de Maria
4	Av. Juscelino Kubitschek
5	Av. Nelson Santos / Rua 23
6	Av. João Botelho / Rua 20
7	Av. Gabriel Roriz / Rua 32 – Praça e Frente do Hospital Municipal
8	Rua 86 - Entorno da Escola municipal Irenise - Rua 111
9	Praça da Sede do Governo Municipal

3.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

3.1.1 Para a comprovação da capacidade Técnico-profissional da proponente, exigirá-se a apresentação de um ou mais Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, emitido(s) por entidade pública ou privada, comprovando que o(s) Responsável(s) Técnico(s) integrantes do quadro da empresa, executou obras/serviços de complexidade equivalente ou superior ao objeto desta licitação.

3.1.1.1 No caso da comprovação Técnico-profissional, os atestados deverão ser acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), emitidos pelo CREA.

3.1.1.2 Quanto o atesto ou certidão referir-se a obras públicas, qualquer que seja a natureza do contrato, o documento deverá ser emitido pelo órgão fiscalizador em nome da empresa proponente.

3.1.2 Para comprovação da capacidade técnico-operacional da proponente, exigirá-se a apresentação de um ou mais Atestado(s) de responsabilidade Técnica, emitido(s) por entidade pública ou privada devidamente identificada, comprovando que a Empresa licitante executou obras/serviços de características similares aquelas pretendidas no objeto da presente licitação, cujas parcelas de maior relevância compreendem 50% dos itens mencionados abaixo, conforme súmula 263 do TCU.

- a) Serviços de fornecimento e instalação de luminária pública LED do total de unidades descritas no Anexo I deste termo.
- b) Serviços de fornecimento e instalação de poste metálico do total de unidades descritas no Anexo I deste termo.
- c) Serviços de Fornecimento e Instalação de **Braço** de Iluminação Pública comprimento de 2,5 á 3,0 Metros do total de unidades descritas no Anexo I deste termo.
- d) Serviços de Fornecimento e Instalação de Cabo de Cobre Isolado de 10 á 16 mm² do total de unidades descritas no Anexo I deste termo.
- e) Serviços de Instalação de Rede Elétrica Subterrânea do total de unidades descritas no Anexo I deste termo.

3.1.3. É obrigatória a realização de **visita técnica**, para conhecimento dos locais e condições dos serviços e da região, e deverá ser efetuada em até 03 dias antes da abertura do certame.

3.1.3.1. Na habilitação deverá ser apresentado o **Atestado de Visita Técnica**, assinado pelo responsável técnico da empresa e Engenheiro da Prefeitura comprovando que a empresa tem conhecimento dos locais e condições dos serviços e da região onde serão executados os mesmos.

3.1.4.1 No momento da celebração do contrato será exigido:

- apresentação do registro ou inscrição da empresa e responsável técnico no conselho regional de engenharia, arquitetura e agronomia CREA, do local da sede do licitante.

- apresentação de visto do CREA local, para a execução do presente objeto, para empresas sediadas em outro estado.

3.1. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Será exigida para fins de comprovação:

3.2.1. A apresentação do **Balanco patrimonial e das demonstrações contábeis do ultimo exercício social já exigíveis**, devidamente **registrados na respectiva junta comercial**, que comprovem a boa situação da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação, ocorrida no período, do INDICE GERAL DE PREÇO – DISPONIBILIDADE INTERNA – IGP-DI, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou de outro indicador que o venha substituir, sendo que:

3.2.1.1. Sociedade anônima: Apresentar copia autenticado do balanço e demonstrações contábeis e da ata de sua aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial, bem como, suas publicações no Diário Oficial e/ou Jornal de grande circulação;

3.2.1.2. Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada: Apresentar copias legíveis e autenticadas das paginas do Diário Oficial onde o balanço patrimonial e demonstrações contábeis foram transcritos, devidamente assinados pelo contador responsável e por seus sócios, bem como dos termos de abertura e encerramento do Diário Geral, registrados na Junta Comercial ou Cartório Competente;

3.2.1.3. Tratando-se de empresa que ainda não encerrou o seu primeiro exercício contábil, deverá apresentar em substituição ao item 3.2.1, o **balanço de abertura**, considerando – o para fins de comprovação da boa situação financeira;

3.2.2. A comprovação da boa situação financeira a ser demonstrada pela licitante devera ser através de memorial de calculo juntado ao balanço, considerando os dados constantes no mesmo, que, quando não existente poderá ser utilizado o Modelo de Declaração de Índice Econômico-financeiro, de preferencia, que o documento possua carimbo, nome e assinatura e venha assinado pelo contador, constando o numero de registro no Conselho Regional de Contabilidade, a ser ratificada através dos seguintes índices:

$$LG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZAVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$SG = \frac{\text{ATIVO TOTAL}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{EXIGIVEL A LONGO PRAZO}}$$

$$LC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

3.2.2.1. A boa situação financeira será avaliada pelos índices de **Liquidez Geral (LG)**, **Solvência Geral (SG)** e **Liquidez Corrente (LC)**, cujos índices deverão ser iguais ou superiores a 1,0 (um inteiro).

3.2.2.2. Caso queiram, as licitantes interessadas poderão apresentar no lugar da Declaração de **Índice Econômico-Financeiro**, prova que possuem, na data da apresentação da proposta, **Capital Social ou Patrimonial Líquido** mínimo, igual ou superior a **10% (dez por cento)**, do valor pretendido pelo licitante em sua proposta inicial.

3.2.2.3. Nos casos em que as licitantes apresentarem resultado menor que 01 (um), em qualquer dos índices citados nos índices de liquidez, e não comprovem o capital social ou patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) no mínimo, do valor total pretendido pelo licitante em sua proposta inicial, **estarão inabilitadas**.

3.2.2.4. A comprovação do **capital social** devera ser feita por uma das seguintes formas: através do **contrato Social com capital integralizado**, através da **Certidão da Junta Comercial**, através da **Publicação Oficial que conste o capital registrado** (quando for o caso), ou ainda, (quando for o caso), por meio de **Contrato Social registrado em Cartório de Registro de títulos**.

3.2.2.4.1. Quando o **Contrato Social prevê promessa de Integralização futura do capital social**, a comprovação devera ser feita através da prova de ingresso dos recursos/bens no patrimônio da empresa (da seguinte forma: a prova do depósito em conta bancaria, entrada no caixa comprovada através da escrituração do livro diário, devidamente registrado no órgão competente ou a prova de tradição dos bens (Nota Fiscal para bens moveis e Registro de Escritura em Cartório para Imóveis).

3.2.2.5. A comprovação do **patrimônio líquido** devera ser feita por meio dos valores descritos no próprio **Balanco Patrimonial**.

3.2.3. Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Recuperação Judicial, com data não superior a 30 (Trinta) dias corridos ou dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

3.2.4. Caso a empresa esteja **cadastrada no Sistema Publico de Escrituração Digital – SPED**, deverão apresentar a seguinte documentação:

- Termo de Abertura e Encerramento do Livro Digital;
- Balanço Patrimonial, nos termos do art. 5º da instituição Normativa da Receita Federal do Brasil nº 787, de 19 de novembro de 2007;
- Demonstrativo de Resultado do Exercício;
- Termo de Autenticação do Livro Digital.

3.3. Apresentar Guia de recolhimento de garantia de participação na licitação, nas modalidades previstas em lei, no valor de R\$ 19.133,68 (dezenove mil cento e trinta e três reais e sessenta e oito centavos) que corresponde aproximadamente a 1% do valor estimado dos serviços, devendo ser recolhido na Tesouraria da PREFEITURA até o 3º dia útil imediatamente anterior à data de realização da licitação, constante do preâmbulo deste edital.

4. ESTIMATIVA DE PREÇO

Após estimativa de preços, com fundamento dos preços já praticados no mercado, conforme cotações, o valor global máximo estimado admissível da presente contratação e de R\$ 1.913.368,96 (um milhão novecentos e treze mil trezentos e sessenta e oito reais e noventa e seis centavos).

Nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que direta ou indiretamente incidam sobre a execução do objeto.

5. PRAZO E PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

O contrato terá duração de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data de assinatura do contrato, podendo ser renovado por igual período conforme a lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

O pagamento dos serviços poderá ser dividido em até 20 vezes conforme disposição orçamentaria da administração. Ficando a cargo da administração o pagamento de mais de uma parcela quando houver a disponibilidade financeira.

A empresa vencedora devesse apresentar amostra de 01 luminária e 01 braço ornamental em até 48 horas após o pregão.

6. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTARIA

Adequação orçamentária em conformidade com a Declaração de Impacto Orçamentário, Artigo 16 da Lei Complementar Federal nº. 101/00, emitida pela Secretaria Municipal de Finanças, Orçamento, Planejamento e Administração e Certidão de dotação orçamentária.

7. LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

O objeto desta licitação devesse ser apresentado nos prazos e preços estipulados no contrato, diretamente na sede do núcleo cidade formado pelas Secretarias Municipais de Meio Ambiente – SMMA, Obras Públicas – SMOP e Serviços Públicos – SMSP, localizado no endereço a baixo.

Endereço: Rua 26, Quadra 32 lote 10 Setor Central.

Cidade: Alexânia - GO

CEP: 72.930-000.

Telefone: (62) 3336-2055

Ponto de referência: Próximo a Sede da Prefeitura do Município de Alexânia-GO.

8. Obrigações da Contratada

- A empresa deverá fornecer garantia mínima de 5 (Cinco) anos a contar da data da instalação dos equipamentos.

- A empresa deverá possuir em seu quadro de pessoal no mínimo:

- 01 Engenheiro eletricista com NR10;
- 01 Eletrotécnico com NR10;
- 01 Eletricista com NR10;

A comprovação se dará mediante apresentação, de cópia autenticada da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS guia de recolhimento da GRF, do último mês, e certidão do CREA ou apresentação de contrato de prestação de serviço.

- Fornecer todas as ferramentas, equipamentos e consumíveis necessários à execução dos serviços, inclusive veículo:

- Comprovando no momento da celebração do contrato que dispõe de no mínimo (01) um caminhão tipo “munck”, equipado com Cesto Aéreo, para instalação e manutenção dos materiais elétricos.

A comprovação se dá pelo documento do veículo estar em nome da empresa ou contrato de locação que comprove a disponibilidade do veículo para a empresa no período de execução do contrato.

- Fornecer EPIs (equipamentos de proteção individual) em boas condições e adequados com a função desenvolvida, para todos os empregados;

- Pagar todos os impostos, taxas e contribuições decorrentes do contrato, providenciando por sua conta e responsabilidade os documentos exigidos pelos órgãos governamentais e/ou quaisquer outras entidades;

- Responder pela supervisão, direção técnica e administrativa da equipe de trabalho necessária ao atendimento do objeto contratado;

- Respeitar e cumprir as normas administrativas em vigor na Prefeitura Municipal;

- Deverá mobilizar a quantidade de recursos humanos necessários a execução;

- Deverá cumprir integralmente a Legislação de Segurança e Medicina do Trabalho.

- Declara ter considerado em seus preços todos os custos, impostos e obrigações necessários à execução do serviço, não cabendo quaisquer reivindicações a título de reembolso ou acréscimo de preço;

- A contratada deve manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante toda a vigência do Contrato, informando a CONTRATANTE a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições.

8.1. Obrigações da Contratante

- Fiscalizar o objeto do contrato, sem que seja com isto excluída a responsabilidade da contratada.
- Obter autorizações de órgãos públicos para a execução dos serviços.
- Notificar por escrito às irregularidades encontradas fixando prazo para correção;

9. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002.

LOA – Lei Orçamentária Anual.

Alexânia, 18 de Julho de 2018.

Alexandre Alves de Morais

Secretario Municipal de Meio Ambiente-SMMA
Port. 034/2018

Marcelo Campos Pereira

Secretario Municipal de Obras Publicas – SMOP
Port. 034/2018

Jeovah Gomes Cordeiro

Secretario Municipal de Serviços Públicos – SMSP
Port. 034/2018

ANEXO II DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	UND	TOTAL
LUMINÁRIAS PÚBLICAS DE LED POTÊNCIA DE 150 W ATÉ 200 W.	UND	607
POSTE METÁLICO ALTURA ENTRE 10 E 14 METROS.	UND	40
BRAÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA 2,5 ATÉ 3,0 METROS.	UND	487
CABO DE COBRE ISOLADO DE 10 A 16 MM ² .	M	4.800
REDE ELETRICA SUBTERRÂNEA	M ³	1.500

ANEXO III

ATESTADOS DE VISITA E INFORMAÇÕES TÉCNICAS

Atesto que o Sr. _____,
portador da carteira do CREA n.º _____ da _____ Região,
representando a empresa _____,
nos termos do item 2.4 do Edital da Concorrência Pública n.º ____/2018, visitou os
seguintes locais: _____

_____,
constatando as condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos,
recebendo as informações técnicas pertinentes.

Alexânia, ____ de _____ de 2018.

Engenheiro Fiscal

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO
XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Concorrência Pública nº ____/____

_____, inscrito no CNPJ nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº. _____ e do CPF nº. _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

(Recomendação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO DE LICITAR
OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

Concorrência Pública nº ____/____

A Empresa _____, sediada na _____, nº _____, ____ (cidade), ____ (Estado), inscrita no CNPJ sob o nº _____, por seu representante legal (Diretor, Gerente, Proprietário, etc.), DECLARA, sob as penas da lei, que não está sujeita a qualquer impedimento legal para licitar ou contratar com a Administração, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

_____, ____ de _____ de _____.

Assinatura do representante legal

ANEXO VI MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº _____/2018

Termo de contrato que entre si celebram, de um lado, o **MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida 15 de novembro, Área Especial nº 6, Centro, inscrito no CNPJ sob nº 01.298.975/0001-00, nesse ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Allysson Silva Lima, residente em Alexânia, Goiás, Goiás, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e do outro, a empresa _____ com endereço na _____ nº. ____, ____, _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, representada pelo Sr(a). _____, (qualificação), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, do Edital da Concorrência Pública nº ____/2018, e na forma e condições das cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente contrato, a execução pela CONTRATADA, sob o regime de empreitada por preço global, da substituição dos pontos de iluminação existentes nas vias e praças deste município, por conjuntos de iluminação compostos por braços ornamentais de 3 metros e luminárias LED (Light Emitting Diode, ou Diode Emissor de Luz) de alto rendimento e alta eficácia luminosa, de modo a suprir as falhas em espaçamentos da posteação existente, conforme projeto e memorial descritivo, anexos do Edital da Concorrência Pública nº 005/2018, que passam a fazer parte integrante deste termo.

CLÁUSULA SEGUNDA – Os serviços contratadas serão executadas sob o regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, de acordo com o Projeto Básico e o Quadro de Quantidades constante do Edital, bem como as especificações fornecidas pela CONTRATANTE, às quais alocará todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários e que tomará todas as medidas para assegurar um controle de qualidade adequado.

CLÁUSULA TERCEIRA - Os preços unitários correspondentes a cada serviço contratado são os constantes da proposta da CONTRATADA, aceita na licitação acima referida, cujas planilhas constituem os anexos deste termo.

CLÁUSULA QUARTA - A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelos serviços executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços unitários incluem

todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas contidas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Emitido o atestado de conformidade, a CONTRATADA deverá apresentar na sede da CONTRATANTE, à Divisão competente a Nota Fiscal correspondente à Medição.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias, para pagamento, contados a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela.

CLÁUSULA QUINTA – O valor do presente Contrato é de R\$ _____ (_____). A despesa correrá a conta da dotação orçamentária: 10.45.15.452.1015.2.024.3.3.90.30.

CLÁUSULA SEXTA - O prazo para a conclusão dos trabalhos definidos na CLÁUSULA PRIMEIRA é de 3 (três), meses, contados a partir da data da emissão da ordem de serviço, inclusive, observados, durante a sua execução, os prazos de etapas conforme previsto no cronograma físico-financeiro que constitui parte integrante deste Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os prazos aqui referidos poderão ser prorrogados em conformidade com o disposto na Lei 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Durante a execução dos trabalhos não serão admitidas paralisações dos serviços por prazo, parcelado ou único, superior a 60 (sessenta) dias consecutivos, salvo motivo de força maior, aceito por ambas as partes contratantes, excluídas quaisquer indenizações.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os trabalhos executados serão recebidos pela CONTRATANTE em conformidade com as disposições constantes da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA SÉTIMA - Em garantia da fiel e efetiva execução dos trabalhos contratados, a CONTRATADA prestou caução, sob a modalidade de _____ no valor de R\$ _____ (_____), correspondente a 1% (um por cento) do valor do contrato, conforme Guia de Recolhimento efetivada na data de _____, que integra o presente instrumento.

PARÁGRAFO ÚNICO - A restituição dos valores caucionados ocorrerá na forma e segundo os procedimentos previstos na Lei nº. 8.666, de 1993, e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA OITAVA - Constituem direitos e prerrogativas da CONTRATANTE, além dos previstos em outras leis, os constantes dos artigos 58, 59 e 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993, que a CONTRATADA aceita e a eles se submete.

CLÁUSULA NONA - À CONTRATADA poderão ser aplicadas as penalidades expressamente previstas na Lei n.º 8.666 de 1993, e as especificadas no Edital da Licitação que originou o presente Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATANTE poderá aplicar multa à CONTRATADA em caso de atraso injustificado na execução total ou parcial, nos termos dos artigos 86 e 87, inciso II da Lei n.º 8.666/93, sendo calculada em 2% (dois por cento) do valor dos serviços inadimplentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante acordo entre as partes, ou unilateralmente pela Administração, nos casos previstos no art. 79, da Lei nº. 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - A CONTRATANTE fiscalizará a execução dos trabalhos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O presente Contrato terá eficácia plena a partir da data da sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O presente contrato terá vigência de 5 (cinco) meses, a contar da data de sua publicação, podendo ser prorrogado a critério das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Fica estipulada a multa de 2% (dois por cento) do valor global do contrato, apurado no momento respectivo, para a parte que descumprir as cláusulas pactuadas no presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As partes elegem o foro da Comarca de Alexânia, Goiás, para dirimir quaisquer questões emergentes do presente contrato ou de sua execução.

E por estarem justos, acordados e contratados, lavrou-se o presente contrato em três vias, que vão assinadas pelas partes, na presença de duas testemunhas civilmente capazes.

Alexânia, ____de _____ de 2018.

MUNICÍPIO DE ALEXÂNIA
CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____
CPF

2. _____
CPF

ANEXO VII
PROJETO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO.

PLANILHAS EM ANEXO NO
SITE/LICITAÇÕES/CONCORRÊNCIA PÚBLICA 005/2018.